



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS

MARIANA PASSOS VIEIRA

**ATUAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES
DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

São Paulo - SP

2018

MARIANA PASSOS VIEIRA

**ATUAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES
DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão do Curso de Fonoaudiologia da
PUC-SP sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Lucia Hage
Masini, para a obtenção do Título de Graduação em
Fonoaudiologia

São Paulo – SP

2018

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial ou total desta monografia, através de fotocópias ou meios eletrônicos.

Mariana Passos Vieira
São Paulo, novembro de 2018.

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente ao Luís Henrique, por ser o meu grande incentivador, por ter me apoiado do início ao fim para que este dia chegasse, autor principal desta conquista. Serei eternamente grata!

À minha mãe por estar comigo desde sempre.

Agradecimentos

A Prof^a Dra. Maria Lucia Hage Masini, por todo apoio, por ser essencial e muito importante durante toda trajetória, profissional e pessoal. Gratidão eterna por tudo!

A minha parecerista, Prof^a. Ms. Vera Regina Vitagliano Teixeira, por contribuir de forma enriquecedora neste trabalho, sem a sua participação o trabalho não seria o mesmo.

A Suzana Gianinni e Fabiana Mendes, por me ajudarem na realização da coleta de dados, por sempre me ouvirem nos momentos que mais precisei.

Ao Curso de Fonoaudiologia da PUC-SP, e às pessoas com quem convivi nesse espaço, ao longo desses anos. O percurso acadêmico com professores e amigos, nesse espaço, foi a melhor experiência da minha formação.

A todos os professores do curso de fonoaudiologia da PUC-SP, por todo apoio, conhecimento e construção profissional e pessoal. Levarei um pouco de cada um!

Aos amigos que construí ao longo do tempo na Universidade em especial à Rafaela Valiengo, que me ajudou do início até o fim, não apenas na produção, mas no companheirismo, no incentivo em me mostrar que, apesar das dificuldades, é possível.

A Luana Marthin, pelos incentivos, apoio durante a reta final, amiga que fez toda a diferença para eu continuar prosseguindo.

Às demais amigas, Bianca Martins, Juliana Constantino, Jéssica Rodrigues, Junia Rusig Marcela Silva, Mariane Maião e Marina Marques pelos belos momentos de alegrias que me proporcionaram deliciosas risadas.

Ao Luís Henrique, por sempre ter me incentivado a chegar até aqui e por sempre acreditar que eu sou capaz.

A Silvia Steiner, por me ajudar desde o início da vida.

A minha mãe, por estar comigo em todos os momentos.

A Ana Carolina Sobreiro, por ter sido a minha inspiração na escolha da Fonoaudiologia como profissão.

E a todos que contribuíram de forma indireta na elaboração deste trabalho.

Resumo

Introdução: O Fonoaudiólogo, conforme a Lei Federal nº 6.965/1981, que regulamenta a profissão, atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e da voz. Nesse sentido, a fonoaudiologia, uma ciência que tem como objeto de estudo a comunicação humana e que envolve o desenvolvimento, as dificuldades e o aperfeiçoamento de habilidades comunicativas, se constitui como uma área com amplas possibilidades de atuação, tanto em serviços de saúde quanto de educação, nos âmbitos público e privado. **Objetivo:** compreender o que pensa o professor da atuação do fonoaudiólogo, quando se vê diante de uma criança com problemas de aprendizagem. **Método:** a presente pesquisa foi de caráter empírico e exploratório realizada com grupo de professores da rede pública municipal da cidade de São Paulo que participaram do “Grupo de Voz” do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo. Foi aplicado um questionário composto por três perguntas de caracterização dos entrevistados e quatro questões relativas à visão do professor sobre a atuação de especialistas, dentre eles, o fonoaudiólogo, com criança que apresenta problemas de aprendizagem na escola. Foi utilizada a teoria de Análise de Conteúdo de Bardin (2010) para o tratamento das respostas colhidas nos questionários. **Resultados:** os dados analisados foram classificados em duas categorias: Fazer Pedagógico e Encaminhamentos, interligadas mas com características distintas. Como parte do Fazer Pedagógico, verificou-se que a maioria dos professores faz uso de variabilidade didática quando estão diante de uma criança com dificuldades de aprendizagem, assim como avaliações. Mas também faz parte do seu fazer o encaminhamento para especialistas. Na categoria Encaminhamentos, dentre os especialistas citados, está o fonoaudiólogo, mas apenas para as questões de oralidade. Problemas de aprendizagem são encaminhados majoritariamente para psicopedagogos. O modo como os professores estão conduzindo o fazer relativo aos estudantes com problemas de aprendizagem indicam um olhar medicalizante para a questão. **Conclusão:** A literatura da área afirma que a fonoaudiologia na educação tem sido reconhecida pelos professores e que o trabalho fonoaudiológico também se relaciona aos problemas de aprendizagem das crianças, o que não foi observado nesta pesquisa. É necessário que o tema seja retomado pelos profissionais da área com maior escuta aos profissionais da educação sobre o trabalho fonoaudiológico.

Descritores: fonoaudiologia, educação, problemas de aprendizagem, fonoaudiologia educacional

Sumário

1. Introdução
.....9

2. Objetivo
.....18

3. Método
.....18

3.1 Procedimento
.....18

3.2 Critérios de interpretação dos resultados
.....19

4. Resultados e Discussão
.....19

5. Considerações Finais
.....35

6. Referências Bibliográficas
.....36

7. ANEXOS
.....39

1. Introdução

O Fonoaudiólogo, conforme a Lei Federal nº 6.965/1981, que regulamenta a profissão, atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e da voz. Nesse sentido, a fonoaudiologia, uma ciência que tem como objeto de estudo a comunicação humana e que envolve o desenvolvimento, as dificuldades e o aperfeiçoamento de habilidades comunicativas (CFFa 1981), se constitui como uma área com amplas possibilidades de atuação, tanto em serviços de saúde quanto de educação, nos âmbitos público e privado.

A aproximação da Fonoaudiologia com a Educação não é nova e está prevista desde a sua regulamentação, uma vez que o artigo 4º da lei de 1981 já reconhecia como parte das competências dos profissionais da área participar da Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a questões fonoaudiológicas.

Entretanto, é apenas no ano de 2005 que o Conselho Federal de Fonoaudiologia aprova a resolução no 309 com o objetivo de estabelecer normativas que orientem a atuação no âmbito educacional nos diferentes níveis de ensino. Esta resolução afirma que cabe ao fonoaudiólogo:

desenvolver ações, em parceria com os educadores, que contribuam para a promoção, aprimoramento, e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz e que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem, o que poderá ser feito por meio de:

- a) Capacitação e assessoria, podendo ser realizadas por meio de esclarecimentos, palestras, orientação, estudo de casos entre outros;
- b) Planejamento, desenvolvimento e execução de programas fonoaudiológicos;

c) Orientações quanto ao uso da linguagem, motricidade oral, audição e voz;

d) Observações e triagens fonoaudiológicas, com posterior devolutiva e orientação aos pais, professores e equipe técnica, sendo esta realizada como instrumento complementar e de auxílio para o levantamento e caracterização do perfil da comunidade escolar e acompanhamento da efetividade das ações realizadas e não como forma de captação de clientes.

e) Ações no ambiente que favoreçam as condições adequadas para o processo de ensino e aprendizagem;

f) Contribuições na realização do planejamento e das práticas pedagógicas da instituição. (CFFa, 2005)

Alguns anos depois, foi aprovada a resolução nº 387, em 18 de setembro de 2010, que estabelece a especialidade em Fonoaudiologia Educacional, afirmando ser o fonoaudiólogo no contexto educacional uma pessoa atenta a condições ambientais e humanas que favoreçam a relação pedagógica de ensino-aprendizagem na escola (CFFa 2010), atuando em parceria com educadores para contribuir com a melhoria e aprimoramento, em linhas gerais, do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o fonoaudiólogo educacional está apto a:

I - Atuar no âmbito educacional, compondo a equipe escolar a fim de realizar avaliação e diagnóstico institucional de situações de ensino aprendizagem relacionadas à sua área de conhecimento;

II - Participar do planejamento educacional;

III - Elaborar, acompanhar e executar projetos, programas e ações educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências de educadores e educandos visando à otimização do processo ensino-aprendizagem;

IV - Promover ações de educação dirigidas à população escolar nos diferentes ciclos de vida. (CFFa, 2010)

Ainda segundo a resolução, a atuação deste profissional implica em:

- A. Participar do diagnóstico institucional a fim de identificar e caracterizar os problemas de aprendizagem tendo em vista a construção de estratégias pedagógicas para a superação e melhorias no processo de ensino-aprendizagem.
 - B. Atuar de modo integrado à equipe escolar a fim de criar ambientes físicos favoráveis à comunicação humana e ao processo de ensino-aprendizagem.
 - C. Desenvolver ações educativas, formativas e informativas com vistas à disseminação do conhecimento sobre a interface entre comunicação e aprendizagem para os diferentes atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: gestores, equipes técnicas, professores, familiares e educandos, inclusive intermediando campanhas públicas ou programas intersetoriais que envolvam a otimização da comunicação e da aprendizagem no âmbito educacional;
 - D. Desenvolver ações institucionais, que busquem a promoção, prevenção, diagnóstico e intervenção de forma integrada ao planejamento educacional, bem como realizar encaminhamentos extraescolares, a fim de criar condições favoráveis para o desenvolvimento e a aprendizagem;
 - E. Participar das ações do Atendimento Educacional Especializado - AEE de acordo com as diretrizes específicas vigentes do Ministério da Educação;
 - F. Orientar a equipe escolar para a identificação de fatores de riscos e alterações ocupacionais ligadas ao âmbito da fonoaudiologia;
 - G. Participar da elaboração, execução e acompanhamento de projetos e propostas educacionais, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a partir da aplicação de conhecimentos do campo fonoaudiológico;
 - H. Desenvolver ações voltadas à consultoria e assessoria fonoaudiológica no âmbito educacional;
 - I. Participar de Conselhos de Educação nas diferentes esferas governamentais;
 - J. Participar de processos de formação continuada de profissionais da educação;
 - K. Realizar e divulgar pesquisas científicas que contribuam para o crescimento da Educação e para a consolidação da atuação fonoaudiológica no âmbito Educacional.
- (CFFa, 2010)

Ainda no âmbito das documentações oficiais, foram publicados dois guias, o primeiro voltado para gestores públicos e o segundo para fonoaudiólogos, com

o objetivo de divulgar e esclarecer aspectos relacionados à atuação da Fonoaudiologia Educacional. Estes guias afirmam que a parceria entre fonoaudiologia e educação visa tanto à otimização do processo de ensino e aprendizagem como ao manejo de situações que sinalizam dificuldades nesse processo (CFFa, 2015).

“ ... Ressaltam-se aqui os problemas relacionados à aquisição da escrita; alterações na oralidade, mais conhecidas como trocas e omissões de sons na fala; os comprometimentos vocais; problemas auditivos; distúrbios das estruturas e funções estomatognáticas, que afetam a articulação, a respiração, a deglutição e a mastigação.”
(CFFa, 2015)

A literatura do campo fonoaudiológico coloca a Fonoaudiologia Educacional como um campo de trabalho reconhecido pelos educadores e pelas instituições escolares, sendo o fonoaudiólogo um profissional cada vez mais atuante nessa área e solicitado por educadores para contribuir na compreensão das dificuldades educacionais.

Segundo Barcellos e Freire (2005), a Fonoaudiologia entrou na cena educacional pela preocupação que os professores tinham com o processo de alfabetização das crianças. Num primeiro momento, segundo as autoras, a triagem realizada pelos fonoaudiólogos, principal atividade deste profissional na escola, ao tomar os erros de escrita como sintoma de dificuldades, cumpriu um papel de identificação de possíveis problemas no processo de aprendizagem das crianças. Isto contribuiu para o crescente encaminhamento de escolares para as clínicas fonoaudiológica, psicológica e psicopedagógica (2005, p. 374). Ainda que, num momento posterior, o trabalho do fonoaudiólogo tenha ganho novos contornos, passando a ser um assessor da equipe educacional, que é o que temos na atualidade, a preocupação com a alfabetização permaneceu no horizonte dos professores, mantendo-se os encaminhamentos para o atendimento clínico.

Segundo Capellini (2007), o fonoaudiólogo não atua como clínico, pois o âmbito escolar é psicoeducacional e cabe ao fonoaudiólogo exercer uma atuação psicoeducacional na escola. Segundo a autora, é papel do fonoaudiólogo desenvolver ações de promoção e prevenção dos problemas de aprendizagem.

Também para Zorzi, o fonoaudiólogo educacional realiza um trabalho junto com a escola de forma preventiva. As ações que realiza possuem o objetivo de evitar e eliminar os problemas que surgem no período pré-escolar e no processo de alfabetização. Para o autor, é por meio da triagem fonoaudiológica que se detectam distúrbios da audição, da motricidade orofacial e da linguagem oral e escrita, já presentes no período da pré-escola e ainda mais frequentes em quem se encontra próximo da época do processo de alfabetização. O autor afirma que a triagem deve ser vista como uma prevenção do problema, embora ainda esteja mais direcionada para a detecção e o encaminhamento clínico.

Ainda segundo Zorzi (1999), outra ação do fonoaudiólogo na escola é o trabalho na própria instituição de ensino, a avaliação de crianças com queixa de alguma alteração e a realização do atendimento na própria escola. Há dois tipos de instituição que devemos diferenciar e nas duas há atuação do fonoaudiólogo de características diferentes. A escola especial, instituição que atende alunos com deficiência, possui fonoaudiólogos que realizam o atendimento clínico, pois a instituição é focada na educação especial e no atendimento clínico. Já na escola comum, o fonoaudiólogo realiza atividades junto à equipe educacional e não faz o atendimento clínico. Nessa instituição, o foco é a educação, sendo a atuação do fonoaudiólogo enquadrada nos programas de atividades direcionados para os professores e alunos. Para o autor, é perfeitamente possível as duas formas de atuação. É da conduta do fonoaudiólogo, que atua em escolas comuns, encaminhar o aluno avaliado com algum problema para o atendimento fora da escola.

Zorzi (1999) defende, ainda que a ação do fonoaudiólogo educacional não é somente para aquelas crianças que têm alguma patologia ou distúrbio. Para ele, os problemas que surgem na escola têm se tornado uma situação generalizada em que as crianças de condições normais também apresentam dificuldades no processo de aprendizagem com relação à leitura e à

escrita. Assim, fora o trabalho que visa os problemas de aprendizagem, quer por meio das triagens, quer por meio de ações na escola, para o autor, quando é pensado o desenvolvimento de potencialidades, a atuação do fonoaudiólogo educacional vai além de detectar, tratar e prevenir problema. Foca-se aqui programas que têm como objetivo criar melhores condições para o desenvolvimento. A ideia é a de dar maior qualidade ao trabalho de desenvolvimento de habilidades nos aspectos da comunicação. Com isto, a atuação do fonoaudiólogo na escola deixa de focar nos aspectos patológicos e beneficia também aqueles estudantes considerados normais, sem sinais de riscos.

O trabalho voltado para a escola como um todo e não somente para a prevenção de problemas é objeto de estudos de outros profissionais da área. As autoras Berberian, Massi, Bortolozzi (2013) afirmam que a escrita é uma das modalidades da linguagem com a qual o fonoaudiólogo atua, dentro do contexto educacional, realizando ações que envolvem a promoção da linguagem escrita visando aos processos de apropriação, ensino e aprendizagem. Para o implemento dessas práticas, o fonoaudiólogo realiza um trabalho junto ao professor sobre processos de apropriação e as relações estabelecidas neste período, sendo que aí é os problemas podem surgir. A ideia de promover discussões e ações reflexivas com os professores levam aos conhecimentos teórico-prático direcionados às práticas pedagógicas criadas pelos professores. Não se pensa, nesta perspectiva, em crianças com problemas específicos, mas sim em estratégias educacionais que possam beneficiar todas as crianças em seus processos de aprendizagem.

Júnior e Guarinello (2016) afirmam que há duas visões vigentes de trabalho fonoaudiológico na área da educação. A primeira, pautada no modelo clínico, compreende a linguagem somente pelos seus aspectos formais e a aprendizagem por meio de características biológicas, individuais e patológicas. Como vimos, a partir deste modelo, as triagens, orientações e encaminhamentos, direcionados a grupos restritos de estudantes propensos a algum risco para doenças ou distúrbios, são os procedimentos mais adequados a serem realizados na escola. Partindo desta atuação, várias pesquisas têm o

foco na identificação e discussão sobre distúrbios em alunos e não na promoção e letramento.

Segundo os autores, uma segunda visão, no entanto, coloca o fonoaudiólogo no papel de mediador e coautor na elaboração e no desenvolvimento de práticas relacionadas a promoção da linguagem na educação. Nesta perspectiva, a atuação do fonoaudiólogo é realizada a partir de ações que envolvem a parceria com os professores, visando o papel social e os saberes próprios do professor. O fonoaudiólogo se insere no programa político-pedagógico das escolas e tem reflexões amplas sobre a educação interligada com a linguagem oral e escrita. A partir desse contexto, o fonoaudiólogo deixa de atuar de forma clínica e prioriza as atividades que são praticadas no âmbito escolar. As atividades produzem uma maior aproximação entre os profissionais que resulta em uma socialização dos conhecimentos práticos e teóricos entre o fonoaudiólogo e o educador. Deste modo, a linguagem é abordada por diferentes processos e são desenvolvidas condições para que a família participe do processo de escolarização, dentro ou fora do âmbito escolar. Dentro desta perspectiva, as pesquisas estão relacionadas à promoção de saúde e letramento.

Ainda no levantamento bibliográfico foram encontrados artigos escritos por fonoaudiólogos que abordam a questão da linguagem escrita e o processo de aprendizagem da criança com dificuldade no período escolar, mas não necessariamente sobre a atuação do fonoaudiólogo na escola. Abordam mais no mesmo sentido apontado por Berberian, Massi, Bortolozzi (2013), anteriormente citadas. Como elas, estes outros autores focam a promoção da linguagem escrita, assim como os processos de apropriação, ensino e aprendizagem dentro do contexto educacional.

Como citado por Barcellos e Freire (2005), no início desta introdução, os professores preocupados com o processo de alfabetização fazem diferentes encaminhamentos. Vimos anteriormente que o fonoaudiólogo está no horizonte dos encaminhamentos dos professores, mas não são os únicos. Quando se pensa nos processos de aprendizagem e suas dificuldades, para além do

fonoaudiólogo, o psicólogo e o especialista em Psicopedagogia também são convocados.

O Conselho Regional de Psicologia afirma que a atuação do psicólogo no âmbito escolar e educacional deve estar interligada a uma relação institucional. Deste modo, orienta que o psicólogo em sua prática nos contextos escolares e educacionais:

- *“considere a realidade da escola brasileira, articulando com setores da saúde, do trabalho, dos movimentos sociais, da assistência social e do poder judiciário.*
- *compreenda os fatores que produzem e causam sofrimento em educandos e educadores,*
- *analise o campo de relações sócio-político-pedagógicas para melhoria das condições do processo educacional,*
- *comprometa-se com as funções sociais da escola de acesso aos bens culturais constituídos e a promoção de autonomia dos indivíduos,*
- *elabore metodologias de trabalhos multidisciplinares, valorizando e potencializando a produção de saberes dos diferentes espaços educacionais.*
- *atue na direção da ampliação da qualidade do processo educacional, através de práticas coletivas que potencializem pessoas e grupos da comunidade escolar.*
- *compartilhe a prática e o conhecimento desenvolvido pela Psicologia, socializando saberes e ampliando as possibilidades de atuação.”*

Sendo assim, o papel do psicólogo é o de acompanhar e propor meios e formas para solucionar problemas que surjam no contexto escolar. Seu papel é o de ajudar no reconhecimento das causas e na relação de fatores que estão envolvidos nos processos escolares o que consequentemente, levará a um olhar amplo para as dificuldades enfrentadas na escola.

A psicopedagogia também é convocada a atuar junto à escola, embora não se constitua como uma profissão com formação e regulamentação específicas. Trata-se de uma especialização aberta a diferentes profissionais que nela queiram se habilitar, tendo como funções, na instituição escolar:

1.1 - Atuar preventivamente de forma a garantir que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos;

1.2 - Avaliar as relações vinculares relativas a: professor/aluno; aluno/aluno; família/escola, fomentando as interações interpessoais para intervir nos processos do ensinar e aprender;

1.3- Enfatizar a importância de que o planejamento deve contemplar conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante e que levem a uma aprendizagem significativa, elaborando as bases para um trabalho de orientação do aluno na construção de seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio;

1.4- Identificar o modelo de aprendizagem do professor e do aluno e intervir, caso necessário, para torná-lo mais eficaz;

1.5-Assessorar os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem;

1.6-Encaminhar, quando necessário, os casos de dificuldades de aprendizagem para atendimento com especialistas em centros especializados;

1.7-Mediar a relação entre profissionais especializados e escola nos processos terapêuticos;

1.8- Participar de reuniões da escola com as famílias dos alunos colaborando na discussão de temas importantes para a melhoria do crescimento de todos que estão ligados àquela instituição;

1.9- Atender, se necessário, funcionários da escola que possam necessitar de uma orientação quanto ao desempenho de suas funções no trato com os alunos. (ABPP, 2013)

Como dito anteriormente, apesar de estes três profissionais atuarem no âmbito educacional, integrando as equipes que vão estudar e propor o planejamento escolar, é para eles, no âmbito clínico, que a criança que

apresenta problemas de aprendizagem e de comportamento é encaminhada pelos educadores. Mas o que faz o educador escolher este ou aquele profissional? Em quais situações os professores escolhem ou não o fonoaudiólogo para contribuir na compreensão das dificuldades que percebe de seus alunos?

É nesse sentido que se encaminha o objetivo desta pesquisa.

2. Objetivo

Compreender o que pensa o professor da atuação do fonoaudiólogo, quando se vê diante de uma criança com problemas de aprendizagem.

3. Método

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, sob número CAAE 91743518.9.0000.5482. Os professores participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 1).

A presente pesquisa foi de caráter empírico e exploratório realizada com grupo de professores da rede pública municipal da cidade de São Paulo que participaram do “Grupo de Voz” do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo, do qual a pesquisadora fez parte como estagiária. Maiores informações sobre os sujeitos da pesquisa veremos na discussão dos resultados.

3.1 Procedimento

Foi aplicado um questionário composto por três perguntas de caracterização dos entrevistados e quatro questões relativas à visão do professor sobre a atuação de especialistas, dentre eles, o fonoaudiólogo, com criança que apresenta problemas de aprendizagem na escola. Este questionário foi aplicado em 43 professores que participaram do Grupo de Voz supracitado. A aplicação do questionário foi realizada logo após os encontros do grupo, não

havendo a obrigatoriedade de os professores se deslocarem até o hospital apenas para a realização da pesquisa.

O questionário foi aplicado em quatro grupos compostos por dez professores, com exceção de um grupo composto por treze professores. Cada professor recebeu o questionário, o qual foi respondido por punho próprio, após lerem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. A aplicação demorou em média trinta minutos.

3.2 Critérios de interpretação dos resultados

Foi utilizada a teoria de Análise de Conteúdo de Bardin (2010) para o tratamento das respostas colhidas nos questionários. Com tal condução buscaremos responder o objetivo proposto neste projeto de pesquisa.

4. Resultados e Discussão

Todos os quarenta e três professores que compuseram esta amostra são da rede pública de educação e atuam ou atuaram no Ensino Fundamental I, que é o foco do presente trabalho. Sobre a caracterização destes professores, vejamos os gráficos de 1 a 3:

Gráfico 1 - atuação na rede pública e/ou privada

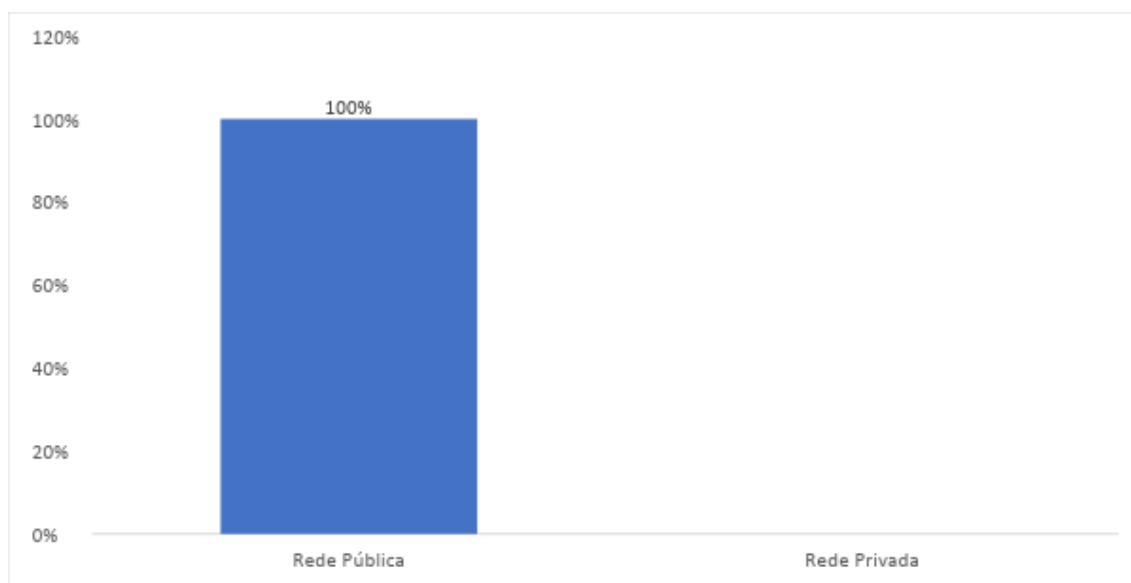


Gráfico 2 - Tempo de formação

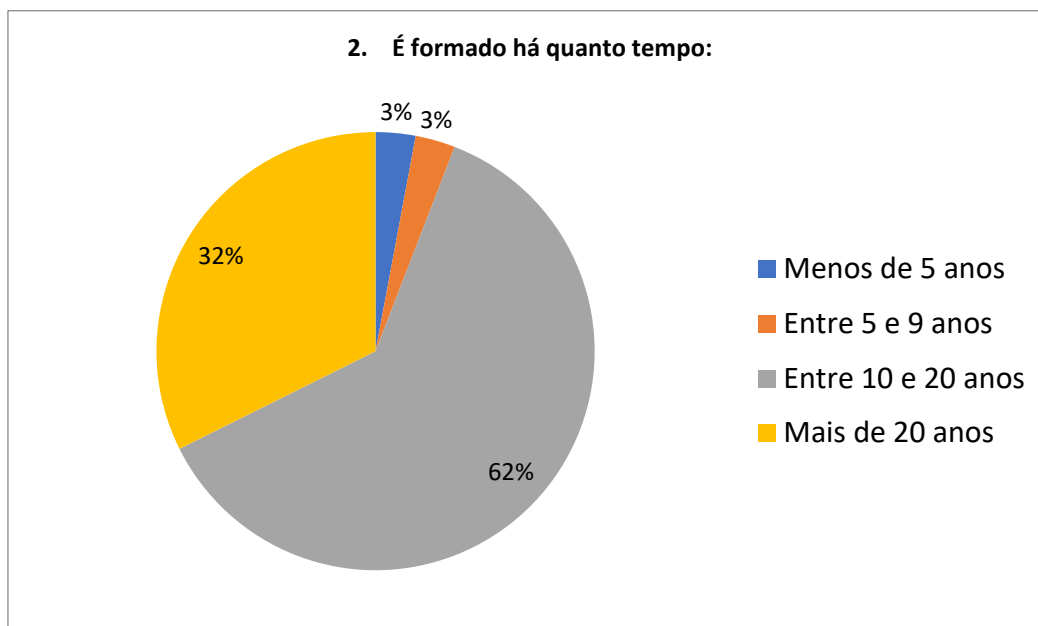
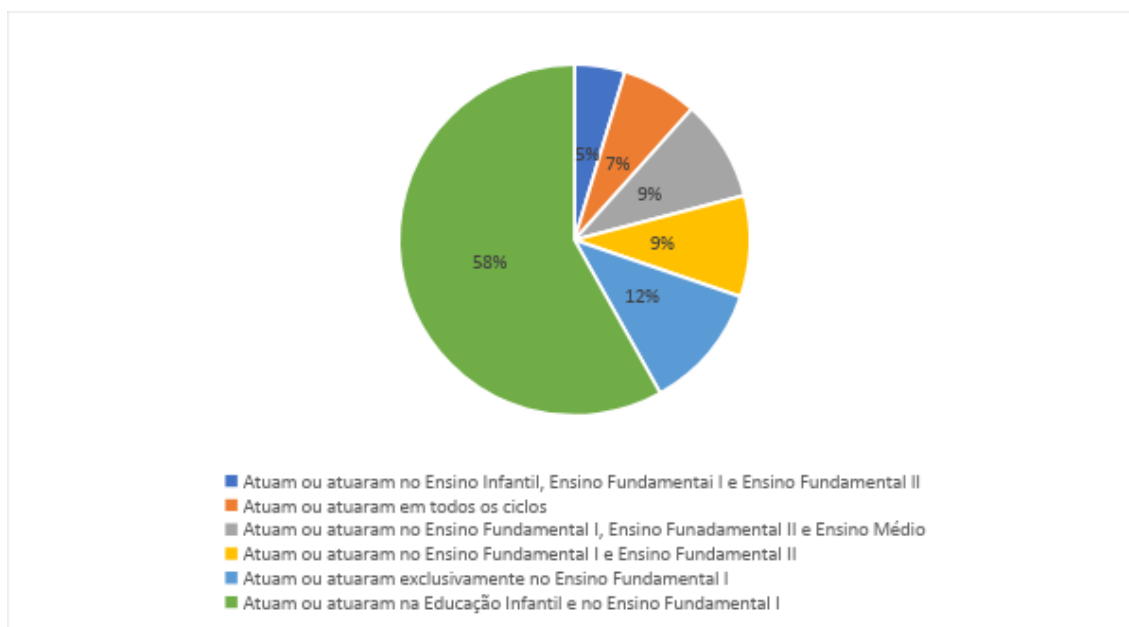


Gráfico 3 - Atuação nos ciclos



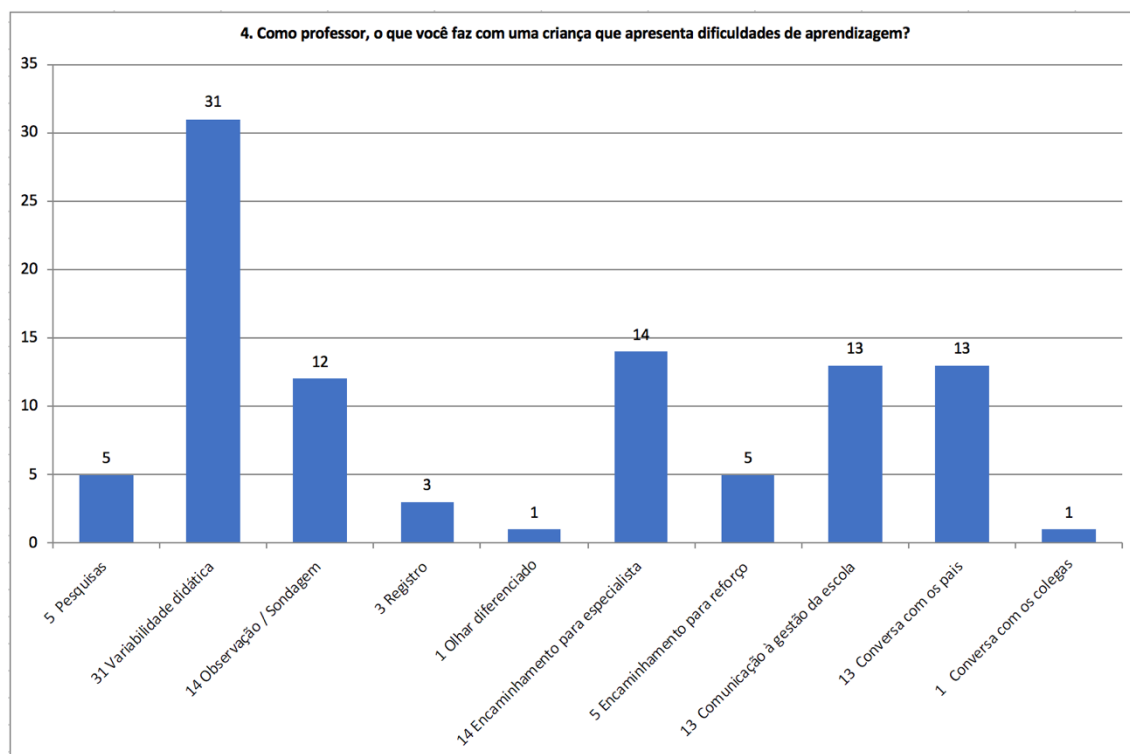
O fato de só termos professores da rede pública nesta amostra explica-se por eles estarem participando de um programa desenvolvido pelo Hospital do

Servidor Público Municipal de São Paulo que atende essa população exclusivamente. Temos a maioria de professores com mais de dez anos de atuação também se explica pelo fato de serem participantes deste programa, cujo foco é o trabalho com profissionais que estejam com problemas de voz. É sabido, na literatura da área, que os professores são os profissionais mais suscetíveis a desenvolverem problemas de voz. Segundo perfil epidemiológico feito por Behlau, Zambon, Guerrieri e Roy (2009), 66,7% dos professores no Brasil, em algum momento de suas vidas, tiveram episódios de rouquidão. Quando a rouquidão é relacionada ao trabalho, o índice sobe para 88,2%. Estudos internacionais, como o belga comentado por Mestre e Ferreira (2011), afirmam que longo tempo de atividade docente é uma das causas de disfonia, o que justificaria a concentração de professores com mais de dez anos de trabalho neste Grupo de Voz.

As respostas às quatro perguntas relativas ao fazer do professor diante das dificuldades de aprendizagem puderam ser classificadas em duas grandes categorias que serão melhor detalhadas a seguir: **Fazer Pedagógico** e **Encaminhamentos**. Como veremos, ambas as categorias estão interligadas porque dentre as ações relativas ao fazer pedagógico está o encaminhamento do estudante a outras instâncias, quais sejam, professor da sala de apoio/reforço, coordenação da escola (para que ela efetue os encaminhamentos a especialistas) e especialistas.

Vejamos as respostas à pergunta “Como professor, o que você faz com uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem?” no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – atuação do professor com estudante que apresenta dificuldade de aprendizagem



Categoria Fazer Pedagógico

A quase totalidade dos professores (31 em números absolutos) respondeu que faz uso de variabilidade didática. Ou seja, variam o material e as atividades voltadas para o aluno, o que demonstra estarem atentos às suas dificuldades. Segundo Weiss (2009), modificar o material didático, tornando-o mais acessível para estudantes com dificuldades de aprendizagem pode deixar os textos mais envolventes e também mais fáceis de serem compreendidos por estes alunos. Segundo o autor, diversificar e apresentar o mesmo conteúdo de formas diferentes é prática já assimilada no cotidiano dos professores.

As outras práticas como sondagem, observação e pesquisas fazem parte da avaliação do estudante. Sondagem é uma prática também bastante conhecida do professor do Ensino Fundamental e caracteriza-se como uma atividade de diagnóstico da evolução da escrita do estudante. A sondagem identifica em que

hipótese sobre a escrita (segundo a teoria de Emília Ferreiro) o estudante se encontra e, realizada com todos os estudantes de uma mesma classe, oferece um panorama do que é necessário trabalhar com o conjunto dos alunos. No entanto, só a sondagem não explica o que ocorre no processo ensino-aprendizagem do estudante, sobretudo do estudante com dificuldades de aprendizagem. Segundo Schon e Ledesma (2008), o que se percebe é que na escola não se usa a diversificação de instrumentos de avaliação, ficando restritos apenas a provas e trabalho. Para os autores, são instrumentos de avaliação “todas as manifestações dos alunos que permitem ao professor acompanhar o processo ensino-aprendizagem, como por exemplo: testes, trabalhos, tarefas, resenhas, textos, pesquisas, trabalhos em grupos, apresentação oral, expressão corporal, dentre outras”. No caso dos sujeitos desta pesquisa, a avaliação dos estudantes com dificuldades de aprendizagem ficou restrita a sondagens e observações.

É curioso observar que somente um professor respondeu que tem um olhar diferenciado para a criança com dificuldade. Se relacionarmos esta resposta à variação do material didático, poderíamos questionar se esta variação estaria mesmo voltada à criança em particular que apresenta a dificuldade ou se se trata de uma variação do material indiscriminada. Este professor que disse manter um olhar diferenciado para a criança com dificuldade foi o mesmo único professor que afirmou buscar conversar com os demais colegas professores. Novamente, se cruzamos estas respostas, podemos levantar a hipótese de que o olhar singular para as dificuldades de cada criança e a tomada de decisões coletivizadas não fazem parte do fazer pedagógico de modo geral.

As outras respostas significativas que fazem parte do fazer pedagógico diante de crianças com dificuldades de aprendizagem foram as relativas a encaminhamentos e conversas com os pais.

No que diz respeito à conversa com os pais, os professores relataram que a conversa caracteriza-se muito mais como informação da necessidade de possíveis encaminhamentos que como mais um possível instrumento de

compreensão das dificuldades apresentadas pelos estudantes. Neste sentido, une-se ao outro fazer pedagógico, o encaminhamento.

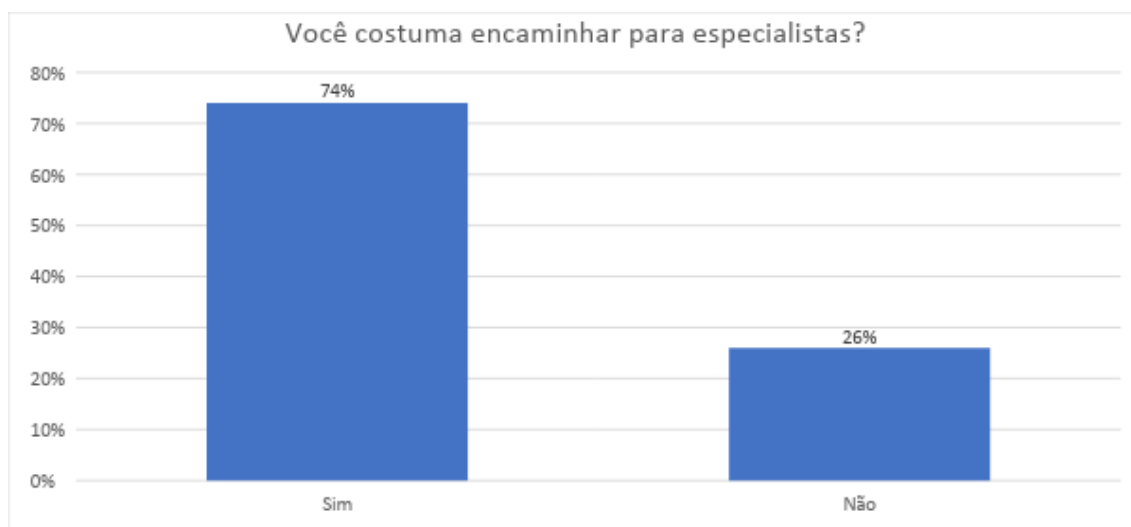
Trinta e dois professores, dentre suas ações para solucionar os problemas de aprendizagem de seus alunos, responderam espontaneamente encaminhá-los para ações fora de sua sala de aula regular. Os encaminhamentos são para especialistas; para a gestão escolar com o objetivo de que ela encaminhe para o especialista; ou para a sala de apoio/reforço. Isto significa dizer que o professor entende como uma prática pedagógica o encaminhamento do aluno para um especialista.

Categoria Encaminhamentos

Como dito anteriormente, esta segunda categoria está interligada à primeira, porque ela aparece como sendo uma possibilidade do fazer pedagógico diante de crianças com dificuldades, na medida em que foi enunciada espontaneamente pelos professores. E ela se constitui como uma categoria em separado porque apresenta características próprias que serão descritas a seguir.

Além de enunciarem espontaneamente que fazem encaminhamentos, como um fazer pedagógico, os professores foram questionados se fazem encaminhamentos e para quem.

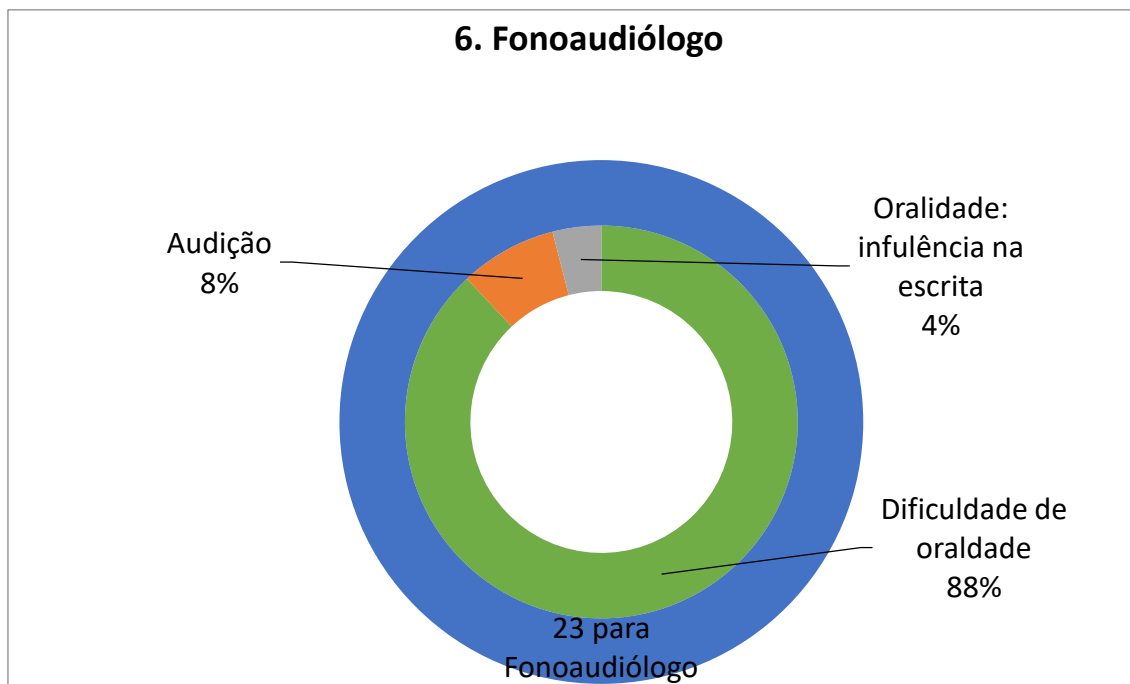
Vejamos o que apareceu de resposta no gráfico:



É importante salientar que os que disseram que não encaminham para especialistas, assim responderam porque dizem que eles próprios não podem fazer isso diretamente, precisando cumprir um protocolo escolar que diz que o encaminhamento deve ser feito pela gestão (como apareceu na questão sobre o que faziam diante de uma criança com dificuldades). Então, o professor não encaminha diretamente para o especialista, mas direciona para a gestão esperando que ela faça os encaminhamentos necessários. Neste sentido, podemos dizer que a totalidade dos professores entende ser necessário o encaminhamento do estudante com dificuldades de aprendizagem para algum atendimento especializado fora da sala de aula regular.

Dos que disseram sim, perguntamos quais são os encaminhamentos e com qual justificativa. Vale dizer que a resposta a essa pergunta era espontânea porque interessava-nos a lembrança do(s) profissional(is) mais significativos para o professor. As respostas mais recorrentes estão nos quadros abaixo:

Gráfico 6 – Encaminhamento para qual especialista e por quê: Fonoaudiólogo



O fonoaudiólogo aparece como um dos profissionais mais citados para encaminhamentos. No entanto, quando cruzamos com a justificativa de tal encaminhamento, a totalidade recai para problemas de oralidade. Dois responderam que encaminham quando o problema é de audição e apenas um cita a escrita, sendo que o encaminhamento é por conta de alterações na oralidade que podem influenciar na escrita e não por conta de problemas na escrita especificamente. Nenhum dos entrevistados relatou sobre o encaminhamento nos casos de dificuldades de aprendizagem. Isso mostra que o professor desconhece a importância da intervenção do fonoaudiólogo com a criança que apresenta dificuldades de aprendizagem.

Estes achados não condizem com a literatura da área que afirma que a fonoaudiologia educacional é reconhecida por seu trabalho conjunto com a equipe de profissionais da escola no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. Como colocado na introdução desta pesquisa, os fonoaudiólogos que trabalham na área, ainda que tenham diferenças conceituais, são unânimes em dizer que a atuação do fonoaudiólogo na educação é a de prevenção e promoção da aprendizagem da leitura e da escrita (Zorzi, 1999; Capellini, 2007; Berberian, Massi, Bortolozzi, 2013). Talvez, dentre os autores estudados, os que mais se aproximem do resultado aqui encontrado

sejam Junior e Guarinelo (2016) quando afirmam que há duas vertentes de trabalho fonoaudiológico no campo educacional. A primeira, segundo os autores, está pautada no modelo clínico, compreendendo a linguagem somente pelos seus aspectos formais e a aprendizagem por meio de características biológicas, individuais e patológicas. Como vimos, a partir deste modelo, as triagens, orientações e encaminhamentos para atendimentos clínicos são os procedimentos mais realizados pelos fonoaudiólogos na escola. Assim, para os professores parece ser esta a atuação do fonoaudiólogo no campo educacional, qual seja, a de reparação de problemas orgânicos, que são mais facilmente detectáveis no âmbito da fala. Assim, parece ser mais compreensível para o professor a vinculação do fonoaudiólogo com a oralidade, mais especificamente, os distúrbios da oralidade.

É fato que o fonoaudiólogo é um profissional já reconhecido pelo professor como um dos que estão na lista de encaminhamentos, mas fundamentalmente para tratamento de problemas de oralidade e que, eventualmente, possam trazer problemas futuros de escrita. O encaminhamento seria no sentido de prevenir tais problemas, sem qualquer relação imediata com os problemas de aprendizagem. A ideia de que o trabalho fonoaudiológico possa estar relacionado à promoção e letramento não está no horizonte dos professores.

Como colocado nos documentos citados no início deste trabalho, o fonoaudiólogo no contexto educacional é uma pessoa atenta a condições ambientais e humanas que favoreçam a relação pedagógica de ensino e aprendizagem na escola. Os dados a partir de 2010 apresentam o trabalho fonoaudiológico no campo educacional como sendo o do diagnóstico institucional e o da intervenção no sentido da construção de estratégias pedagógicas para a superação e melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Mas, a partir dos achados desta pesquisa, o que parece ficar mais claro para os professores é o que está num item do guia elaborado pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (2015) que aborda o trabalho do fonoaudiólogo na educação, aqui reproduzido com grifos nossos:

“... Ressaltam-se aqui os problemas relacionados à aquisição da escrita; alterações na oralidade, mais conhecidas como trocas e

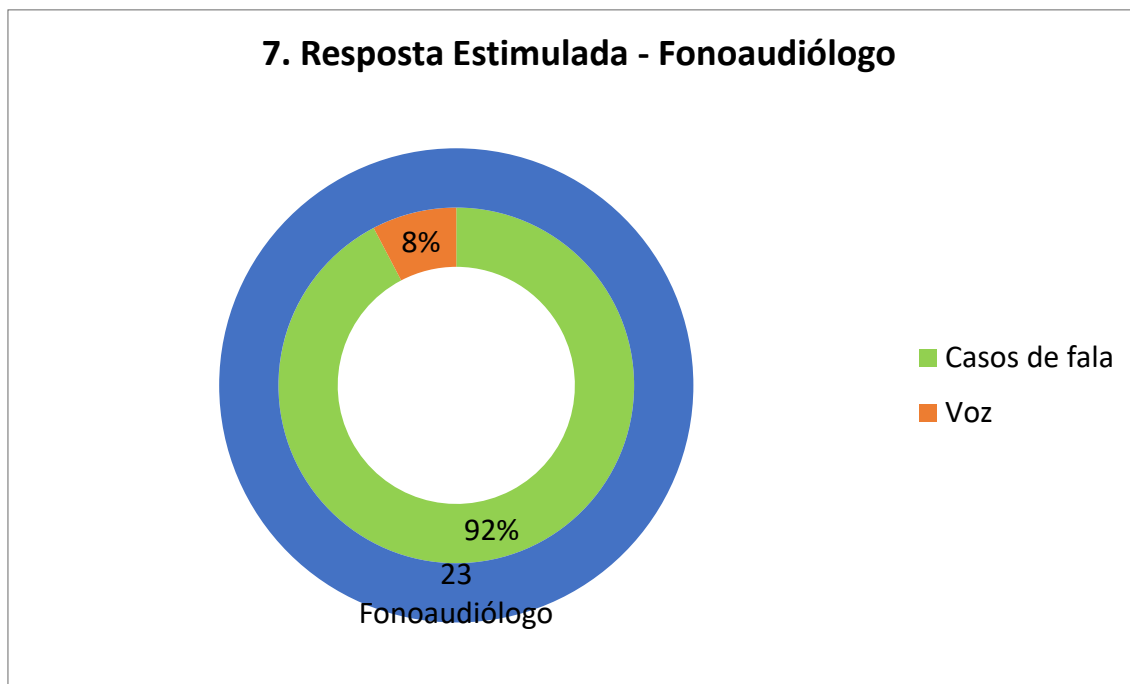
omissões de sons na fala; os comprometimentos vocais; problemas auditivos; distúrbios das estruturas e funções estomatognáticas, que afetam a articulação, a respiração, a deglutição e a mastigação.” (CFFa, 2015)

Os documentos marcam a relação institucional voltada para a promoção do letramento, a literatura da área também, mas a relação que o fonoaudiólogo estabelece com o professor ainda é distante, pois para este o fonoaudiólogo atua apenas na intervenção dos problemas de oralidade.

O questionário desta pesquisa continha também uma pergunta sobre encaminhamentos com resposta estimulada, isto é, o professor recebia uma lista de profissionais para os quais eventualmente pudesse encaminhar seus alunos com problemas de aprendizagem, além dos citados espontaneamente. A intenção de perguntas com respostas estimuladas é a de, ao dar as opções de respostas para o sujeito de pesquisa, fazê-lo pensar sobre algo que espontaneamente ele não pensou. Isto lhe dá a possibilidade de elaborar melhor sua resposta, corroborando o que havia dito espontaneamente ou transformando (acrescentando ou corrigindo) sua resposta anterior.

Quando os professores receberam a lista com os profissionais para possíveis encaminhamentos, a quantidade de respostas para o fonoaudiólogo aumenta, mantendo-se a justificativa dada na resposta espontânea, qual seja, problemas de oralidade.

Vejamos o gráfico 7: Resposta estimulada – Fonoaudiólogo

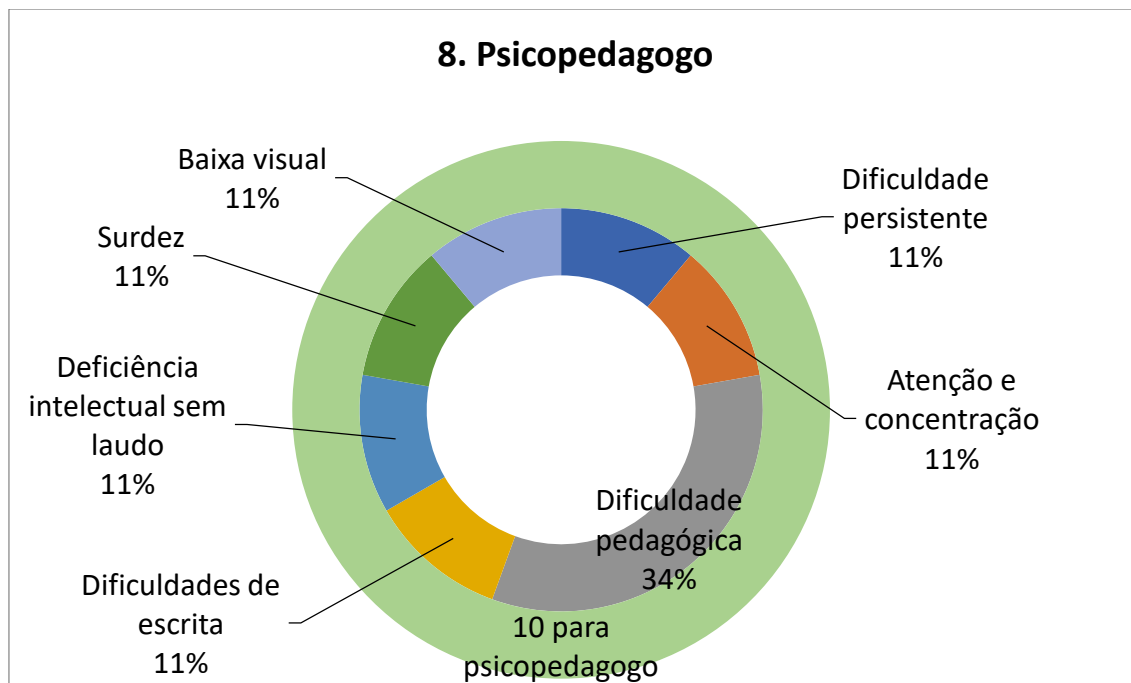


Novamente, o fonoaudiólogo é apontado como o profissional que trata exclusivamente das questões de oralidade. Com a resposta estimulada, continua esta a justificativa para a maioria absoluta de encaminhamentos. O dado novo que aparece é o encaminhamento de crianças com problemas de voz, tema amplamente trabalhado pelo fonoaudiólogo com os professores no contexto escolar.

Os problemas relacionados à aquisição da escrita estão, para os professores, no âmbito de trabalho de outros profissionais que veremos a seguir. São os especialistas em psicopedagogia e os psicólogos os profissionais que recebem estudantes com queixas de problemas de aprendizagem.

Os dez professores que citaram espontaneamente o encaminhamento para o especialista em psicopedagogia, justificaram-no dizendo que problemas de aprendizagem, dentre eles as dificuldades dos estudantes com a aprendizagem de leitura e escrita, são tratados por estes profissionais. Vejamos no gráfico 7.

Gráfico 8 - Encaminhamento para qual especialista e por quê: Especialista em Psicopedagogia



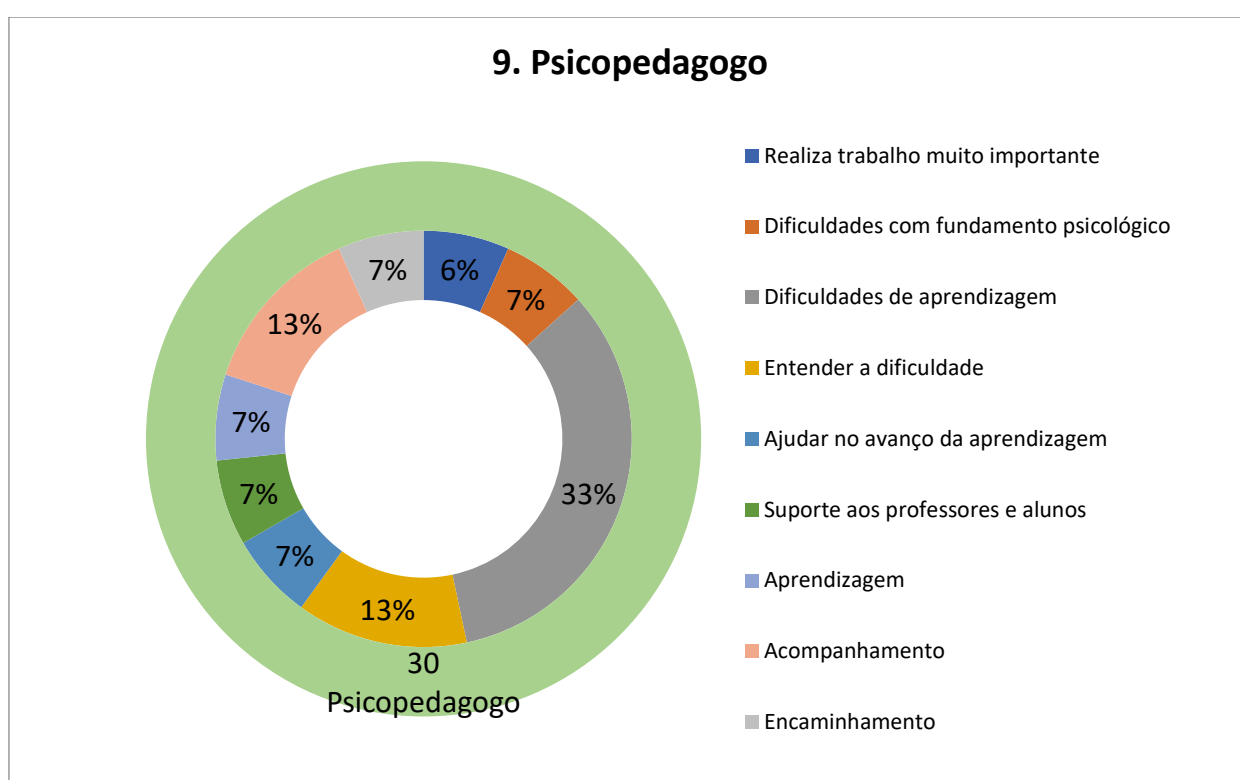
Segundo Mota, Vasco, Silva (2006), a psicopedagogia é um campo do conhecimento que estuda as alterações de aprendizagem que aparecem no processo escolar do indivíduo. Observa supostas dificuldades do aluno e rastreia causas e fatores que impedem a aprendizagem, com o objetivo de alcançar o diagnóstico, tratá-lo e, também prevenir as possibilidades de agravamento das dificuldades, pois a sua intervenção é curativa. A partir disso, o profissional poderá sugerir métodos e estratégias adequadas para auxiliar o aluno em sua aprendizagem.

Os dados mostram que, para os professores, o psicopedagogo tem uma grande importância na intervenção da dificuldade de aprendizagem. A atuação deste profissional está muito clara para os profissionais da educação, tanto que todas as queixas relacionadas à aprendizagem são direcionadas a um psicopedagogo, inclusive aquelas mais explicitamente ligadas ao campo fonoaudiológico como é o caso da surdez (11% dos professores encaminham

pacientes surdos com problemas de aprendizagem para psicopedagogos, sem citarem o fonoaudiólogo).

Quando estimulamos a resposta dos encaminhamentos, sobe para 30 os encaminhamentos para o psicopedagogo com a mesma justificativa de ser este o profissional que trabalha com todos os problemas de aprendizagem, como veremos no gráfico.

Gráfico 9 - Resposta estimulada – Psicopedagogo

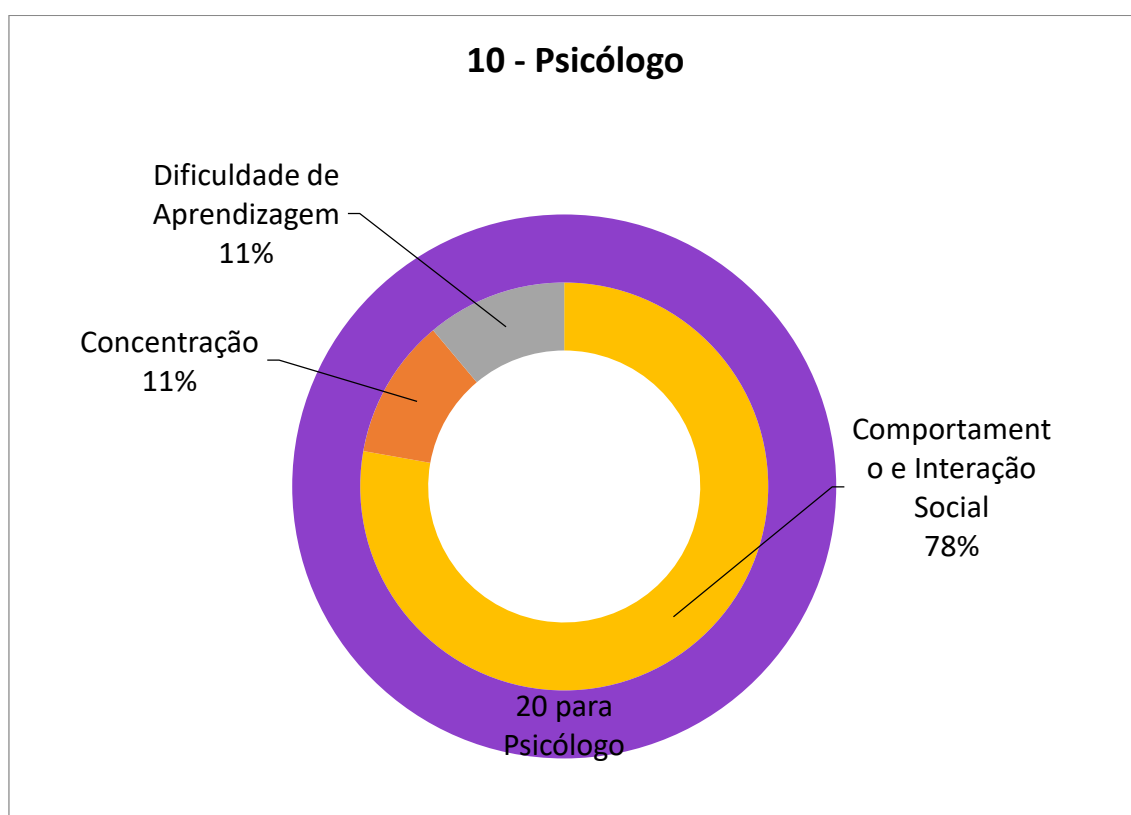


Cabe observar que, com a resposta estimulada, as justificativas deixam mais em evidência a compreensão do professor em relação à atuação do psicopedagogo no âmbito educacional. Cabe ao psicopedagogo a parceria com a escola para a superação dos problemas de aprendizagem, ajudando os professores a compreender a dificuldade do estudante, dando suporte a eles e aos alunos durante o processo de aprendizagem, auxiliando inclusive no seu

avanço. Os dados não deixam dúvidas quanto à importância deste profissional no contexto escolar.

O encaminhamento é feito para o psicólogo, na grande maioria, quando a criança apresenta fatores relacionados ao comportamento, seja ele relacionado à interação social ou à dificuldade de concentração. Apenas um respondeu que encaminha quando a criança apresenta dificuldade de aprendizagem. Vejamos no gráfico 10:

Gráfico 10 - Encaminhamento para qual especialista e por quê: Psicólogo

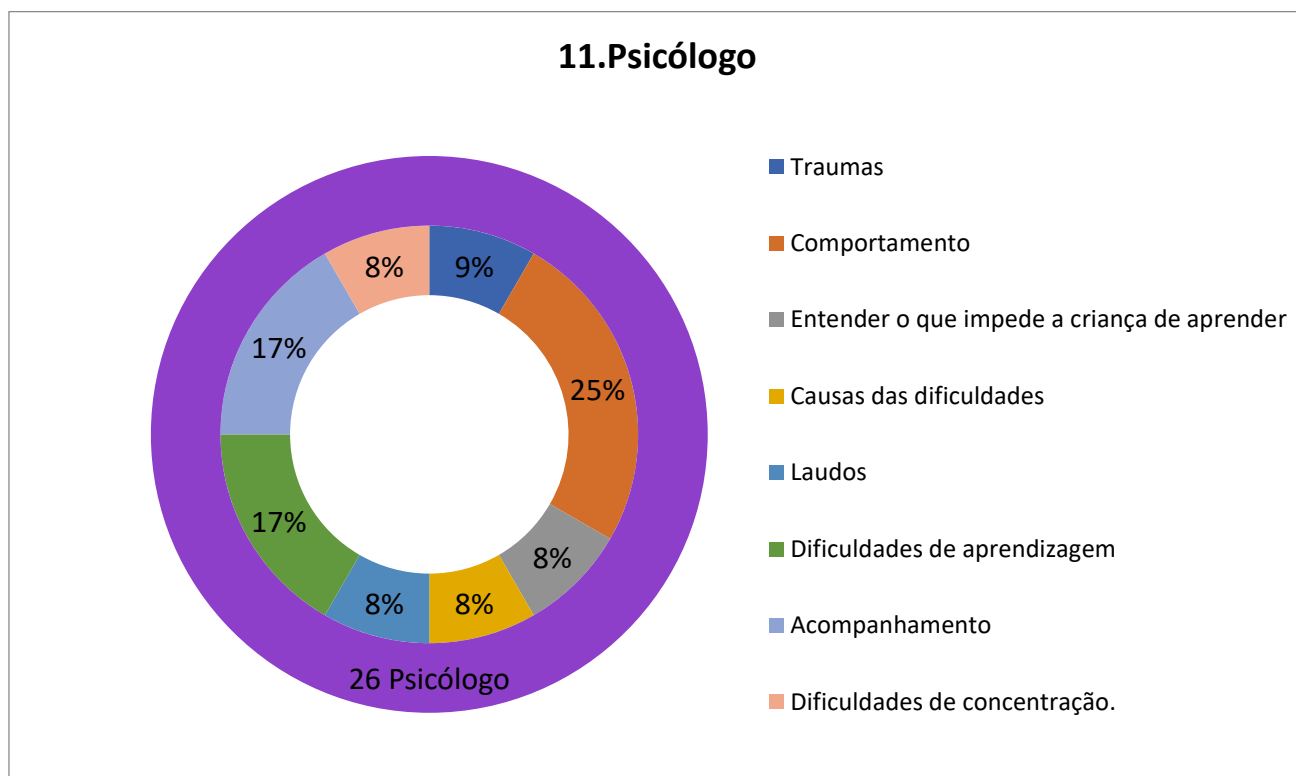


De acordo com Souza (1997), muitas vezes as queixas escolares são compreendidas como um problema individual, pertencentes à criança encaminhada, analisando as dificuldades do processo de escolarização como problemas de aprendizagem em que as causas são de caráter especificamente psicológica. Daí os encaminhamentos quando os professores observam problemas de relacionamento e atenção. Pouco é observado em relação ao que se passa na escola. Dessa forma, os problemas escolares são compreendidos

dentro de uma perspectiva de medicalização/psicologização (Boarini e Borges, 1998; Custódio, 1996).

Quando a resposta é estimulada, esta perspectiva mais individual e medicalizante é reforçada. Vejamos o gráfico:

Gráfico 11 - Resposta estimulada – Psicólogo



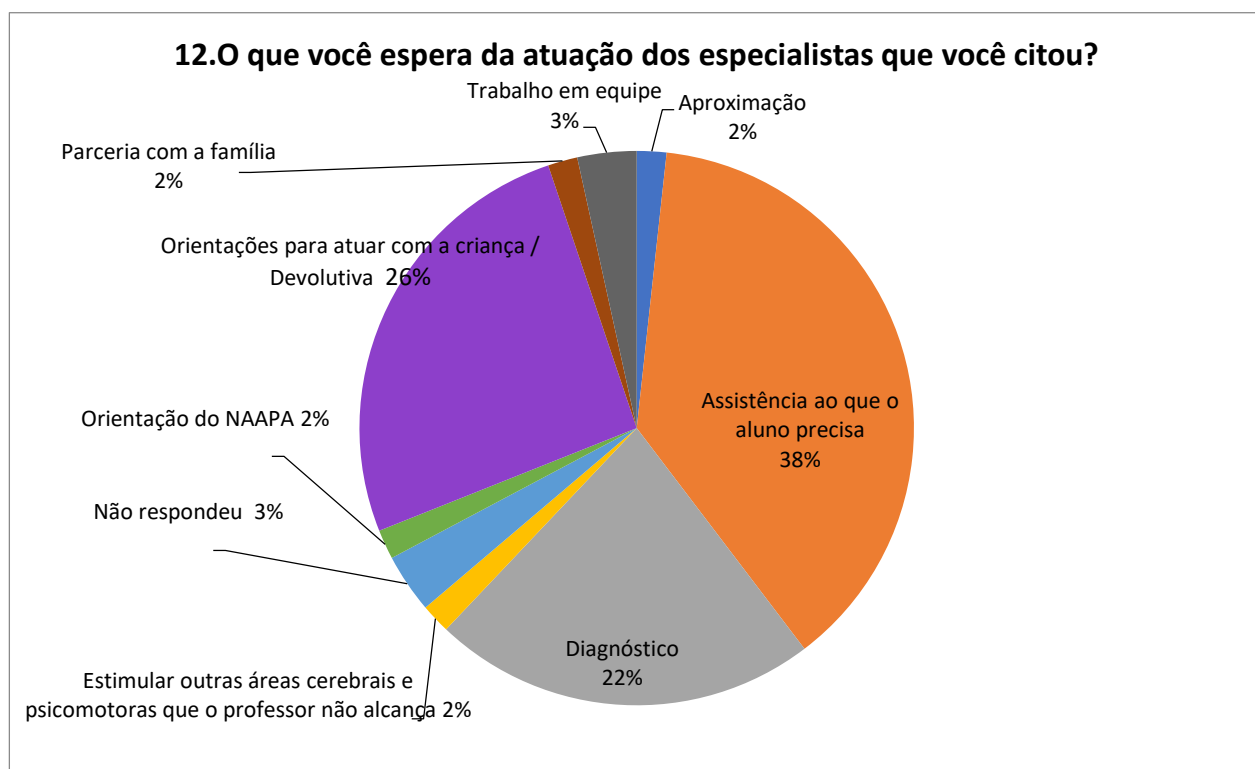
É possível observar que as justificativas para os psicólogos giram em torno de traumas que o estudante tenha, questões de comportamento, necessidade de laudos psicológicos, dificuldades de concentração.

Assim como ocorre com o fonoaudiólogo, o psicólogo não é lembrado pelo professor como um profissional que atua institucionalmente em prol de uma relação saudável com a aprendizagem. Se retomarmos o que diz o Conselho Federal de Psicologia, encontramos a afirmação de que a atuação do psicólogo

no âmbito escolar e educacional deve estar interligada a uma relação institucional, sendo o papel do psicólogo o de acompanhar e propor meios e formas para solucionar problemas que surjam no contexto escolar, ajudando os profissionais da escola a terem um olhar amplo para as dificuldades enfrentadas na escola. Estudo realizado por Prudêncio, Gesser, Oltramari, Cord (2015) analisou as expectativas de professores em relação ao trabalho do psicólogo no âmbito escolar e observou dois eixos centrais nas expectativas. Um deles aponta para a compreensão do papel do psicólogo pela ótica da prevenção e promoção da saúde, tal como determinam os documentos oficiais do Conselho de Psicologia. O outro aponta para o papel a partir da ótica medicalizante, sendo da competência do psicólogo atuar no diagnóstico e no atendimento individual dos alunos considerados problemas. E este foi aspecto mais apontado pelos entrevistados desta pesquisa; os professores avaliam a necessidade de encaminhamentos para psicólogos apenas a partir da observação de problemas de comportamentos dos estudantes.

A última pergunta do questionário se referia ao que os professores esperam dos encaminhamentos. E as respostas são as expressas no gráfico 12.

Vejamos: Expectativa do professor em relação ao encaminhamento



Diagnóstico e assistência ao que o aluno precisa são as respostas mais recorrentes e nos fazem pensar sobre a medicalização da educação. Dos professores entrevistados, 22% citaram o encaminhamento pela necessidade de diagnóstico e 38%, assistência ao que o aluno precisa, naquilo que o professor não se sente capaz de atuar. É importante salientar que 26% dos professores tem como expectativa orientações para atuar com a criança, reforçando o dado de que o professor não sabe o que fazer com o estudante com dificuldades de aprendizagem.

5. Considerações Finais

Os dados obtidos a partir da análise realizada respondem ao objetivo desta pesquisa que era o de compreender o que pensa o professor da atuação do fonoaudiólogo, quando se vê diante de uma criança com problemas de aprendizagem. Ficou muito claro que o professor reconhece o fonoaudiólogo como um possível parceiro, mas sua atuação está restrita às questões da oralidade. A totalidade dos professores, somadas as respostas espontâneas às respostas estimuladas, identifica o fonoaudiólogo como o profissional que lida exclusivamente com problemas de oralidade, o que contradiz a literatura da área e os documentos oficiais. Também de forma contraditória aos documentos oficiais é a expectativa em relação à atuação do psicólogo no contexto escolar. Para os professores, o psicólogo atua diretamente com as crianças com problemas de comportamento, sem analisar o que acontece no ambiente da escola. São com os psicopedagogos que os professores partilham e encaminham os estudantes com problemas de aprendizagem.

No que se refere ao fonoaudiólogo, os dados apontam para a necessidade de a área desenvolver ações educativas, formativas e informativas para profissionais da educação de modo a divulgar o conhecimento que temos sobre a interface entre a comunicação e a aprendizagem, pois isso ainda é algo que parece não fazer parte do universo educacional.

6. Referências Bibliográficas:

BARCELLOS, C. A. P., FREIRE, et al. Assessoria fonoaudiológica na escola: sob o efeito da escrita e sua aquisição, *Distúrbios da Comunicação*.pdf. São Paulo 17(3): 373-383, dezembro, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11732>.

BEHLAU M, ZAMBON F, GUERRIERI AC, et al. Panorama epidemiológico sobre a voz do professor no Brasil. 17º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, 1º Congresso Ibero-Americano de Fonoaudiologia; 21 a 24 out 2009, Salvador. São Paulo: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia; 2009.

BERBERIAN, BORTOLOZZI, MASSI, et al. Análise do conhecimento de professores atuantes no ensino fundamental acerca da linguagem escrita na perspectiva do letramento. *Rev. CEFAC* vol.15 no.6 São Paulo Nov./Dec. 2013 Epub Feb 25, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462013000600027> Acesso em: 20 marc. 2012.

BRASIL. CARTILHA-FONO-EDUCACIONAL-2015.pdf. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2015/04/cartilha-fono-educacional-20151.pdf> 4.

BRASIL. CFF REGULAMENTA ESPECIALIDADE DE FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/2010/10/cffa-regulamenta-especialidade-de-fonoaudiologia-educacional>> Acesso em: 15 de out. 2010.3

BRASIL. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. Publicado em 16/8/2010. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=72> Acesso em: 16 ago. 2010. 6

BRASIL. Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/lei-No-6.965-de-9-de-dez-1981.pdf> 1

BRASIL. Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil. Este Documento foi elaborado pela Comissão de Comunicação e Divulgação do Conselho Nacional da ABPp - Triênio 2011-2013. Coordenadoras: Maria Katiana Veluk Gutierrez (RJ) e Silvia Amaral de Mello Pinto (SP). São Paulo, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_para_eleboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html> Acesso em: 10 dez. 2013. 7

BRASIL. RESOLUÇÃO CFFa nº 309, de 01 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/res-309-site.pdf>> 2

CAPELLINI, S. Fonoaudiologia e leitura e escrita: uma atuação por ser redescoberta. Rev. CEFAC vol.9 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462007000400002. Acesso em: 4 de outubro de 2007.

MESTRE, FERREIRA. O impacto da disfonia em professores: queixas vocais, procura por tratamento, comportamento, conhecimento sobre cuidados com a voz, e absenteísmo. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2011;16(2):240-1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v16n2/21.pdf>.

MOTA, VASCO, FREIRE FA, et al. PSICOPEDAGOGIA: A PRÁTICA DO PSICOPEDAGOGO NO AMBIENTE ESCOLAR. UNICAMPS CIÊNCIA. 2016;6(6):67-81. Disponível em: <http://www.unicampsciencia.com.br/pdf/579e8780749c6.pdf>

JÚNIOR, GUARINELLO, SANTANA, et al. Visão dos graduandos do curso de fonoaudiologia acerca da fonoaudiologia educacional a partir de suas experiências teórico-práticas. Rev. CEFAC. 2016 Jan-Fev; 18(1):198-208. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462016000100198&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 06 de maio.2015.

PRUDÊNCIO, GESSER, OLTRAMARI, et al. Atuação do Psicólogo Escolar - Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 1, Janeiro/Abril de 2015: 143-152.

SCORTEGAGNA E LEVANDOWSKI. Análise dos encaminhamentos de crianças com queixa escolar da rede municipal de ensino de Caxias do Sul. Interações v.9 n.18 São Paulo dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000200008. Acesso em: 18 de dezembro de 2004

SCHON, C. K.; LEDESMA, M. R. K. Avaliação da Aprendizagem. Programa PDE/2008 – SEED – PR, 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_ped_artigo_rosimeri_mariano_da_silva.pdf

ZORZI, JAIME LUIZ. Possibilidades de trabalho do fonoaudiólogo no âmbito escolar-educacional. J Cons Fed Fonoaudiol, v. 4, n. 2, p. 211-7, 1999. Disponível em: <http://www.profala.com/arttf95.htm>

WEISS, M. L. L. Combatendo o fracasso escolar. Obstáculos à aprendizagem e ao desenvolvimento da leitura. In WEISS, M. L. L. & WEISS, A. Vencendo as dificuldades de aprendizagem escolar. RJ: Wak, 2009. SONDAGEM. Disponível em: <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/5-cruz.pdf>

7. ANEXOS

ANEXO 1 – Perguntas do Questionário

1. Você é professor:
 - () rede pública
 - () rede privada
2. É formado há quanto tempo:
 - () menos de cinco anos
 - () entre cinco e nove anos
 - () entre 10 a 20 anos
 - () Mais de 20 anos
3. Atua no ciclo: (aceita mais de uma alternativa)
 - () Educação Infantil
 - () Ensino Fundamental I
 - () Ensino Fundamental II
 - () Ensino Médio
4. Como professor, o que você faz com uma criança que apresenta dificuldades de aprendizagem?

5. Você costuma encaminhar para especialistas? Quais? Justifique sua resposta para todos os especialistas citados.
6. O que você espera da atuação dos especialistas que você citou?
7. Segue abaixo uma lista de diversos profissionais especialistas que atuam com crianças em idade escolar:

Assinale aqueles que você não citou anteriormente, mas considera que seja importante para o acompanhamento de uma criança com dificuldades de aprendizagem. Justifique sua resposta:

() Psicólogo

() Fonoaudiólogo

() Psicopedagogo

() Assistente Social

() Pediatra

() Neurologista

() Oftalmologista

() Otorrinolaringologista

() Psiquiatra

() Outro

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Caro (a) Senhor (a)

Eu, Mariana Passos Vieira, aluna do Curso de Fonoaudiologia da PUCSP, portador do CPF 3950.098.158-61, RG 45.859.529-9, estabelecida na Rua Souza Ramos n 518 CEP 04120080, na cidade de São Paulo, cujo telefone de contato é (11) 986323027, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é: “O trabalho do fonoaudiólogo educacional na visão dos professores ” com a supervisão da Profa. Dra. Maria Lucia Hage Masini, portadora do CPF 043767018-07, RG 9436524, estabelecida na Rua Sergipe, 678, Apt 1B, Higienópolis, CEP: 01243-000, cujo telefone de contato é: (11) 981797257.

CEP – PUC

O CEP – Sede Campus Monte Alegre localiza-se no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 – Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@pucsp.br

O objetivo deste estudo é analisar a visão do professor em relação ao trabalho de especialistas com crianças que apresentem dificuldades de aprendizagem.

Para atingir esse objetivo necessito que o Sr.(a). responda um questionário contendo questões abertas sobre a necessidade ou não de acompanhamento de especialistas para crianças que apresentem dificuldades de aprendizagem.

1. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e constará apenas de algumas perguntas que deverão ser respondidas sem minha interferência ou questionamento e que não determinará qualquer risco ou desconforto.
2. Sua participação não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento sobre as necessidades da criança com dificuldade de aprendizagem no contexto escolar.
3. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão que possa ser mais vantajoso.

4. Informo que o Sr(a). tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Mariana Passos Vieira ou com a Profa. Dra Maria Lucia Hage Masini. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

5. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros entrevistados, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes.

6. O Sr(a). tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa e, caso seja solicitado, darei todas as informações que desejar.

7. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

8. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação.

9. Anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: “O trabalho do fonoaudiólogo educacional na visão dos professores”. Eu discuti com a pesquisadora Mariana Passos Vieira a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ Data ____/____/____

Assinatura do entrevistado

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ()

_____ Data ____/____/____

Assinatura do (a) pesquisador (a)